

A VIDA PODE MUDAR COM A VIRADA DA PENEIRA: TERRITÓRIO E TRABALHO NOS GARIMPOS DE DIAMANTES EM COROMANDEL - MINAS GERAIS¹

Ricardo Júnior Fernandes de Assis Gonçalves

Professor no Curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás – Campus Iporá.
Endereço Eletrônico: ricardo.goncalves@ueg.com

RESUMO: O artigo possui como objetivo compreender a (re)organização do território e do trabalho nos garimpos de diamantes em Coromandel, localizado na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – Minas Gerais. A metodologia baseia-se em procedimentos no âmbito da pesquisa qualitativa, como pesquisa de campo, entrevistas, observação participante e diário de campo. Ainda, o olhar teórico e metodológico que orienta a apreensão do território e dos trabalhadores está baseado na *Geografia do Trabalho*. A partir da década de 1990, novas territorialidades passaram a delinear o destino dos territórios no município de Coromandel, com impactos sobre a histórica atividade garimpeira. Fortalecimento da legislação ambiental, mineração e trabalhista, interdição de garimpos ilegais e geração de desemprego, atuação de empresas privadas, controle do subsolo por empresas transnacionais, mecanização, relações contratuais de assalariamento, especialização e fragmentação do trabalho. Tais fatos também produziram desdobramentos na ação política dos garimpeiros diante da formação de associações, cooperativas e sindicato. Por conseguinte, esses elementos possuem consequências territoriais e no trabalho que são investigados neste artigo.

Palavras Chave: Geografia do trabalho. Garimpo. Território. Diamantes.

Introdução

Trabalhadores! É a vós que dedico uma obra na qual me esforcei por apresentar aos meus companheiros alemães um quadro fiel de vossas condições de vida, de vossos sofrimentos e lutas, de vossas esperanças e perspectivas. Vivi entre vós tempo bastante para alcançar o conhecimento de vossas condições de existência, às quais consagrei a mais séria atenção, examinando os inúmeros documentos oficiais e não oficiais que tive a oportunidade de consultar. Contudo, não me contentei com isso: não me interessava um conhecimento apenas abstrato de meu tema – eu queria conhecer-vos em vossas casas, observar-vos em vossa vida cotidiana, debater convosco vossas condições de vida e vossos tormentos; eu queria ser uma testemunha de vossas lutas contra o poder social e político de vossos opressores. (ENGELS, 2008, p. 37).

O artigo possui como centralidade compreender a (re)organização do território e do trabalho nos garimpos de diamantes em Coromandel, localizado na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – Minas Gerais.

A metodologia baseia-se em procedimentos no âmbito da pesquisa qualitativa, como pesquisa de campo, entrevistas, observação participante e diário de campo. Ainda, o olhar teórico e metodológico que orienta a apreensão do território e dos trabalhadores (garimpeiros) está baseado na *Geografia do Trabalho*.

Tal fato permitiu compreender que na medida em que o trabalho experiencia um novo (re)ordenamento em escala global, o território e os lugares também sofrem transformações, movimentadas por um processo dialético. Esse viés de leitura dos territórios enxerga

¹ Os resultados apresentados no artigo resultam da pesquisa defendida no mestrado em 2012, no Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão. Entre 2013 e 2014, por meio de pesquisas de campo, novos levantamentos de informações e dados foram realizados sobre os garimpos investigados, o que possibilitou a construção deste artigo.

experiências emancipatórias que colocam no crivo da crítica as ações de desterritorialização pelo capital nos mais distintos espaços.

Ao pesquisar os garimpos de diamantes com a intenção de compreender a labor cotidiano dos garimpeiros, insere-se o trabalho - enquanto fundamento da vida - no centro das análises geográficas dos fenômenos sociais. Considera-se o trabalho enquanto categoria de análise inseparável do território, permitindo visualizar as disputas territoriais e as diferentes formas de (Re)Existência e luta construídas pelos sujeitos (camponeses, indígenas, garimpeiros, operários etc.), sem perder de vista a dimensão política da classe trabalhadora. As (Re)Existências, por sua vez, são compreendidas “[...] enquanto um processo de permanência, modificada por uma ação política que se firma nos elementos socioculturais. [...] as (Re)Existências são ações construídas no processo de luta pelos territórios da vida”. (PELÁ; MENDONÇA, 2010, p.54).

A construção desta pesquisa é, antes de tudo, uma elaboração coletiva. Os marcos teóricos e metodológicos que balizam as reflexões contam com contribuições de diferentes pesquisadores e grupos de pesquisas. Na busca por um referencial teórico capaz de alicerçar as interpretações dos territórios metodologicamente orientadas conforme a proposta da pesquisa, os debates em eventos científicos (como as Jornadas do Trabalho. Organizadas anualmente pelo Centro de Estudos de Geografia do Trabalho) e atividades desenvolvidas no âmbito do Núcleo de Pesquisa Geografia Trabalho e Movimento Sociais (GETeM) e do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT), constituíram importantes espaços no processo de formação do pesquisador.

A história e a geografia de Coromandel/MG se imbricam com os garimpos e garimpeiros de diamantes, ou seja, desempenha papel central na formação territorial do município. Desde o início do século XIX, a economia, a política, a sociedade e a cultura coromandelense são influenciadas diretamente pelo garimpo e o trabalho dos garimpeiros.

Mas, assim como as águas dos rios e córregos onde foram extraídas as *pedras raras* (diamantes), o movimento da real é contínuo, ao cavar sulcos profundos na realidade social em constante transformação. Nas últimas décadas, o garimpo de diamantes passou por mudanças e novas dinâmicas (re)configuram os espaços e a produção dos territórios no município.

A peneira é um dos principais instrumentos de trabalho utilizados pelos garimpeiros no processo de garimpagem diamantífera. A extração de diamantes em Coromandel/MG foi predominante com sua virada nos montes de cascalhos. Ela anuncia a possibilidade de enriquecimento súbito, sintetizado no título deste texto: *a vida pode mudar com a virada da peneira*. Por outro lado, a peneira também é peça simbólica das mudanças que reverberam a (re)organização do trabalho nos garimpos.

Com as transformações técnicas e tecnológicas, o trabalho rudimentar e individual, o uso das peneiras e outros instrumentos como pá, carrinho de mão e enxada, têm sido paulatinamente substituídos pelo processo mecanizado, conforme a lógica empresarial, centrada nas estratégias de controle social do trabalho. A territorialização desses elementos revela rebatimentos nos territórios e no trabalho dos garimpeiros.

Nos últimos anos, novas territorialidades grafaram os territórios no município com impactos sobre essa histórica atividade. Fortalecimento da legislação ambiental, minerária e trabalhista, interdição de garimpos ilegais, atuação de empresas privadas, controle do subsolo por empresas transnacionais, mecanização, relações contratuais de assalariamento, especialização e fragmentação do trabalho. Tais fatos também produziram desdobramentos na ação política dos garimpeiros diante da formação de associações, cooperativas e sindicato.

Esses são elementos que expressam mudanças significativas nos garimpos de diamantes, com efeitos na (re)organização dos territórios e do trabalho, consistindo no que se pretendeu demonstrar nesta pesquisa.

Geografia, trabalho e pesquisa em Coromandel/MG: a construção teórico-metodológica

A ocupação e formação territorial do município de Coromandel/MG são influenciadas pelos garimpos diamantíferos. Além disso, é possível destacar que a garimpagem de diamantes marca profundamente as tramas cotidianas da vida e do trabalho dos diferentes sujeitos – garimpeiros, camponeses etc., - que constituem a economia, cultura e memória coletiva em Coromandel.

Essas características se estendem a outros municípios que se localizam no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Estrela do Sul, Douradoquara, Grupiara, Romaria, Abadia dos Dourados, por exemplo, surgiram encimadas em cascalhos diamantíferos, ocupadas por aventureiros e garimpeiros em busca de riquezas “fáceis” por meio das explorações mineiras nos garimpos.

Nas últimas décadas, a agropecuária - com destaque para a produção de grãos e uma significativa bacia leiteira que favorece a indústria de laticínios - tornou-se a principal atividade econômica. A partir do final da década de 80 do século XX o município foi inserido nos planos desenvolvimentistas dos governos militares, tendo o Estado como catalisador desse processo através da implantação do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP), Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) e o Projeto de Manejo dos Recursos Naturais da Várzea (PROVÁRZEA).

O capital hegemônico territorializou favorecendo os interesses do modelo agroexportador em contraposição à agricultura camponesa. O agronegócio acirrou a desigualdade e concentração de terras e lucros, mediante a exploração intensificada da natureza e do trabalho.

Enquanto os garimpeiros e camponeses ainda ocupam terrenos nos vales dos rios, a agricultura moderna se expandiu nas áreas planas e de chapadões do Cerrado, acirrando a devastação das áreas nativas desse Bioma e abrindo espaços para a agricultura regida pelos padrões do capitalismo global.

Por outro lado, o garimpo tradicional praticado por garimpeiros manuais – antes considerado a principal atividade econômica – vê-se diante de novos desafios, exigências e (re)definições ambientais, minerárias e trabalhistas. Diante dessas mudanças, considera-se essencial entender a (re)organização do território, orientados pela leitura geográfica do trabalho.

Para Santos (2008, p. 96), não há produção do espaço que ocorra fora do trabalho.

O homem é ativo. A ação que realiza sobre o meio que o rodeia para suprir as condições necessárias à manutenção da espécie, chama-se ação humana. Toda ação humana é trabalho e todo trabalho é trabalho geográfico. Não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem o trabalho. Viver, para o homem, é produzir espaço. Como o homem não vive sem trabalho, o processo de vida é um processo de criação do espaço.

De acordo com Kosik (1976) o trabalho é um processo que permeia a sociabilidade humana e constitui sua especificidade. Na condição de ser histórico, é por meio dele que o homem modifica a si mesmo, a natureza e à sua organização social.

Enfatizar a centralidade do trabalho nesta pesquisa permitiu assumir seu significado político e ontológico, assim como as diferentes expressões territoriais do ser que trabalha no tempo e no espaço que o constitui. Como afirma Thomaz Júnior (2009)

A vitalidade teórica que estamos tentando conferir ao universo do trabalho, levando em conta seus diferentes mundos, enraíza-se no objetivo maior de reconhecer que sua centralidade, além de requerer que assumamos seu significado político, ontológico, econômico, exige igualmente que decifremos as diferentes identidades espaciais e territoriais do ser que trabalha no tempo e no espaço. (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p. 193).

A apreensão da dinâmica geográfica também expressa a *práxis* social territorialmente fragmentada dos trabalhadores. O (re)ordenamento do trabalho em escala globalizada coloca em cena a *nova morfologia do trabalho* e seu *desenho multifacetado* (ANTUNES, 2009) que vem se configurando como resultado dos rearranjos promovidos pelo capitalismo, onde “o trabalho como atividade vital se configura como trabalho estranhado, expressão designativa de uma relação social encimada na propriedade privada, no capital e no dinheiro.” (THOMAZ JÚNIOR, 2011, p. 3).

Contribuindo com o exercício teórico e metodológico construído pela *Geografia do Trabalho*, Mendonça (2004) ressalta que

A *Geografia do Trabalho* expressa esse momento, qual seja, a tentativa de apontar linhas de pesquisas que possam, do ponto de vista teórico e metodológico, contemplar a complexidade e heterogeneidade da relação capital-trabalho geografizada. [...] Quando se adota a denominação *Geografia do Trabalho* não se quer pensar nos guetos, ou mesmo reforçá-los com o intuito de assegurar uma correlação de forças. Quer-se pensar a geografia pelo viés da contradição que move a dinâmica histórica e social, indagar sobre a relação capital-trabalho, onde o trabalho aparece enquanto a potenciação do homem, que no capitalismo se efetiva através da produção de mercadorias. (MENDONÇA, 2004, p. 119).

A partir das reflexões pautadas na *Geografia do Trabalho*, Mendonça (2004) também considera central enfatizar os *saberes-fazer*s, as práticas socioculturais e a memória dos trabalhadores, entendendo o território na dimensão material e imaterial. O trabalho como tema da leitura geográfica permite apreender o processo de (re)organização do território e da ação humana sobre o mesmo, ao ampliar a compreensão dos fenômenos sociais.

Além desse fato, Mendonça (2004) diz que o capital, em sua lógica destrutiva, opera uma verdadeira ofensiva no intuito de aumentar o controle social e legitimar as ações de dominação sobre os trabalhadores.

Esse processo implicou no acirramento da precarização do trabalho (terceirização, subcontratação, trabalho domiciliar, inclusão precoce e criminosa de crianças no mercado de trabalho, desregulamentação das leis trabalhistas, informalidade) e das diferenciadas formas de explicitação do ser social que trabalha (assalariado, autônomo, terceirizado, domiciliar, informal, precarizado e cooperado), que se intensificam diante da reestruturação produtiva nas últimas décadas.

Conforme Thomaz Júnior (2002, p. 6)

[...] o processo de reestruturação produtiva do capital provoca um extenso conjunto de modificações no âmbito do trabalho e isso remete a profundas alterações no espaço e no território (enquanto categorias de uso interligados), portanto nas diferentes escalas de análise.

As mudanças globais do capitalismo e os efeitos no trabalho também produzem rebatimentos na organização dos territórios e na produção social da existência dos sujeitos. Diante disso, o que não pode-se desconsiderar são as (Re)existências construídas pelos trabalhadores, seja através dos movimentos sociais, associações, organizações ou por meio da cultura e da memória, que fazem da ação política um elo de pertencimento e luta por condições dignas de trabalho ou pela permanência e proteção dos *territórios da existência*. (CHAVEIRO, 2008).

Considerar essas reflexões no âmbito da pesquisa realizada em Coromandel/MG deixou claro que as transformações e desafios postos pelo mundo do trabalho e os efeitos territoriais desse processo exigem atenção redobrada do pesquisador.

Para pensar os trabalhadores garimpeiros e os garimpos de diamantes a partir da *Geografia do Trabalho*, foi preciso considerar as especificidades dessa atividade e dos sujeitos que se envolvem nela.

Diferente do trabalho nas indústrias ou as modernas categorias de trabalhadores do agronegócio (que explicitam mais diretamente aos efeitos da reestruturação produtiva), por exemplo, os garimpos enquanto ambientes de trabalho e o garimpeiro enquanto sujeito social que trabalha, pouco aparecem nas pesquisas, ou seja, como protagonistas nas reflexões sobre as mudanças ocorridas no processo de apropriação dos territórios e comunidades, os conflitos e os efeitos sobre os trabalhadores que vivem e (Re)existem nos diferentes espaços.

Em Coromandel/MG, a expansão da lógica empresarial nas áreas de garimpo com territorialização de empresas nacionais e investidores estrangeiros e controle do subsolo por transnacionais, transformam os mecanismos de apropriação dos territórios, (re)organizam as relações de produção e trabalho e introduzem essa atividade nas redes internacionais de comércio de pedras preciosas.

Os terrenos diamantíferos, onde ainda vivem garimpeiros e camponeses em comunidades tradicionais, se defrontam com investidores regidos pelos investimentos empresariais no garimpo. No *garimpo mecanizado*, por exemplo, insere-se novas categorias de trabalhadores, como operadores de máquinas, cozinheiros, geólogos, engenheiros ambientais e mecânicos. Contratação de serviços de trator no garimpo manual e a combinação entre trabalho artesanal e (semi)mecanizado.

O garimpo mecanizado caracteriza-se pela introdução de maquinários (tratores, caminhões, pá carregadeira, jiques etc.) dependência de combustível e energia elétrica no processo produtivo, organização em Cooperativa, atuação de empresas de mineração, outorga de direito minerário, outorga de água, licenciamento ambiental: licença prévia, instalação e operação. Além disso, introduz-se novas relações contratuais de assalariamento, novas categorias de trabalhadores como geólogos, engenheiros ambientais, operadores de máquinas, mecânicos e administradores, resultando na divisão técnica, especialização e conseqüentemente, fragmentação do trabalho, perceptíveis a partir da leitura geográfica do território.

Antigos garimpeiros manuais se assalariam, outros abandonam a atividade e se mudam para a cidade. Ainda, uma característica peculiar nos garimpos é a presença de camponeses que praticam a garimpagem, moram na própria região ou geralmente são os próprios donos dos terrenos diamantíferos.

Assim, diante da (re)organização dos territórios e da produção nos garimpos, para compreender esse processo aglutinando a práxis teórica com a empiria, foi fundamental a construção metodológica e escolha das técnicas de pesquisa no âmbito qualitativo.

Neste sentido, a *Geografia do Trabalho* permitiu apreender a centralidade do trabalho e suas diferentes formas de expressão, neste caso, nos garimpos de diamantes enquanto ambiente da prática laboral dos sujeitos.

Para ter acesso aos garimpos e comunidades e estabelecer contato com os trabalhadores garimpeiros, a pesquisa de campo e outras técnicas como entrevistas, diário de campo e observação participante foram fundamentais.

O olhar teórico orientado pela *Geografia do Trabalho* em conjunto com esses procedimentos, possibilitaram adentrar nos *territórios dos diamantes*, entender a organização da produção, os pactos de poder, assim como os saberes, tradições e imaginários dos sujeitos pesquisados.

A pesquisa de campo consiste na fase do levantamento de informações onde os fenômenos ocorrem. Ela permite a inserção do pesquisador no movimento da realidade que se propõe a pesquisar. Mas, ir a campo não é algo aleatório, é preciso ter claro os objetivos e a escolha dos recursos a serem utilizados para a coleta de dados. Olhar e permear a organização social e cultural do outro, com base nos procedimentos metodológicos claros e definidos é parte integrante e substancial na pesquisa de campo.

Neste sentido, conforme Suertegaray (2001, p. 3) “a pesquisa de campo constitui para o geógrafo um ato de observação da realidade do outro, interpretada pela lente do sujeito na relação com o outro sujeito.” Por meio das experiências em campo, estabelecemos contato

com os diversos sujeitos da pesquisa como garimpeiros, políticos, fazendeiros e camponeses, ao permitir a coleta de dados e informações da realidade, posteriormente organizados e interpretados.

Na pesquisa de campo também foi essencial o exercício da pesquisa participante. Participar das ações cotidianas, observar e conversar com os sujeitos em seu trabalho ou na comunidade, ouvi-los e registrar as informações, é um tipo de metodologia capaz de ampliar a percepção dos fenômenos pesquisados.

Um exemplo claro de tal prática foi realizada por Friedrich Engels, que conviveu com os operários ingleses nos bairros das cidades industriais inglesas, visitou as casas, conversou com os trabalhadores, conheceu a fundo a existência e as condições de vida desses sujeitos, antes de publicar suas pesquisas sobre a classe trabalhadora na Inglaterra do século XIX.

Neste sentido, a pesquisa participante se exprime enquanto opção metodológica na pesquisa de campo. Conforme Brandão (2009) não podemos invadir o mundo dos sujeitos sociais com uma atitude imediata de pesquisa. É importante viver um tempo (pode ser um dia, dois, uma semana, até quinze dias ou até um mês) de contato direto com as pessoas e os territórios onde vivem e trabalham, o que Brandão (2007) denomina de “o primeiro nível do sentir”. O uso dessa metodologia nos garimpos em Coromandel/MG permitiu conhecer mais profundamente os sujeitos e os territórios.

O processo de observação direta e a confecção do diário de campo também foram fundamentais para registrar as experiências vivenciadas pelo pesquisador. Com essa técnica, foi possível descrever as percepções diante das paisagens percorridas, a forma como os garimpeiros e camponeses trabalham e se organizam.

Na pesquisa de campo as entrevistas fortaleceram a interação com os sujeitos. Nos primeiros encontros com os informantes, optamos pelo uso da entrevista não-estruturada, de forma que se introduz um assunto e o entrevistado tem a liberdade de discorrer sobre a questão posta.

De acordo com Matos e Pessôa (2009) a entrevista não-estruturada tem por objetivo a exploração mais intensa do assunto, dando ao entrevistado liberdade para falar do tema. Esse é o momento em que estávamos inicialmente conhecendo os lugares e os pesquisados.

Com o reconhecimento mais detalhado da área e dos sujeitos, priorizamos o uso de entrevistas semi-estruturadas. Matos e Pessôa (2009) evidenciam que esse tipo de entrevista é recomendado, porque possibilita a obtenção de informações além das previstas. Além disso, exige um planejamento para seu desenvolvimento.

Na relação com os entrevistados, determinado questionamento pode abrir espaço para que eles possam falar ou complementar informações relacionadas à pesquisa. No decorrer das entrevistas, reconhecer os momentos do silêncio e de fazer as perguntas foi essencial, pois, “quem não consegue parar de falar, nem resistir à tentação de discordar do informante, ou lhe impor suas próprias ideias, irá obter informações que, ou são inúteis, ou positivamente enganosas” (THOMPSON, 1992, p. 254).

Ter definido esses procedimentos metodológicos permitiu entender mais profundamente os garimpos de diamantes, colocando em pauta a necessidade de se compreender as transformações que anunciam a (re)organização do território e do trabalho em Coromandel/MG nas últimas décadas.

(Re)organização dos territórios e do trabalho nos garimpos diamantíferos

As mudanças nos garimpos de Coromandel/MG se efetivaram diante dos novos marcos legais que passaram a favorecer as diferentes formas de associação, fortalecer os debates sobre as questões ambientais, minerárias e trabalhistas. Conforme o Art. 21, Inciso XXV da Constituição de 1988, compete a União “estabelecer as áreas e as condições para o exercício da atividade de garimpagem, em forma associativa”. No Art. 174, demonstra que pretende apoiar e estimular o cooperativismo e outras formas de associativismo (§ 2.º). Também se refere ao

processo de organização da atividade garimpeira em cooperativas e destaca a necessidade de proteção ao meio ambiente. De acordo com o § 3.º do Art. 174 “O Estado favorecerá a organização da atividade garimpeira em cooperativas, levando em conta a proteção do meio ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros.” Com isso, as cooperativas garimpeiras ainda passaram a ter prioridade na autorização ou concessão para pesquisa e lavra dos recursos e jazidas de minerais garimpáveis, nas áreas onde estejam atuando (Art. 174, § 4.º). Mais recentemente, a ênfase ao cooperativismo no garimpo foi reforçada com a publicação do Estatuto do Garimpeiro (Lei Nº 11.685, de 2 de Junho de 2008).

Em 1989, no contexto do governo de José Sarney, mecanismos de regulamentação do garimpo foram retomados por meio da Lei Nº 7.805 de 1989, que “Altera o Decreto-lei nº 227, cria o regime de permissão de lavra garimpeira, extingue o Regime de Matrícula, e dá outras providências”. Aliado ao debate ambiental, os rebatimentos desses novos marcos da legislação minerária nos garimpos em todo o Brasil foram impactantes.

Diante desse fato, em Estados como Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais, no final dos anos 1980 e início da década de 1990, áreas tradicionais de garimpagem passaram a sofrer a pressão da legislação ambiental e minerária. Segundo Martins (2007, p. 4),

O ano de 1989 começou tenso. Em Goiás, a Justiça Estadual decretou a interdição dos garimpos de ouro do Rio Vermelho. 12 mil garimpeiros foram impedidos de lavar no Estado vizinho (Revista Brasil Mineral, n. 73, dez. 1989, p. 8). Em Minas, depois de pressões fortes da AMDA (Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente), uma blitz da FEAM (Fundação Estadual do Meio Ambiente) lacrou 500 bombas de garimpo em Paracatu. Denúncias de operação predatórias de bombas no Rio Araçuaí levaram à instalação de CPI na Assembléia Legislativa mineira. A CPI aumentou o movimento em favor da paralisação do garimpo no Alto Jequitinhonha.

Nos primeiros anos da década de 1990 em Minas Gerais, diante da fiscalização de garimpos levada a termo por órgãos como a Polícia Florestal (PF), Instituto Estadual de Florestas (IEF), Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e denúncias de garimpos ilegais e predatórios, muitas áreas de garimpagem foram paralisadas no Estado.

Diante deste cenário, a partir de 1993 o Ministério Público de Minas Gerais passou a coordenar operações nos garimpos de diamantes em Coromandel/MG. Em 1994, uma intervenção empreendida pelos órgãos de fiscalização ambiental, com apoio da polícia, além de multar vários garimpeiros que praticavam a atividade ilegalmente e sem muita preocupação com a degradação do meio ambiente, direcionou ônibus para os garimpos e levaram garimpeiros algemados para a cadeia pública. Um garimpeiro que experienciou essa ação disse que *“pegaram garimpeiro sujo de barro do serviço, com o suor no rosto e levou pra cadeia algemado igual bandido.”*

Essa operação teve consequências inovadoras nas relações de trabalho de garimpagem e na ação coletiva dos garimpeiros. Quanto à organização dos garimpeiros, ela motivou a emergência de lideranças políticas e garimpeiras, que criaram a Associação dos Garimpeiros de Coromandel e Região, transformada posteriormente na Cooperativa dos Garimpeiros de Coromandel e Região - COOPERGAC.

A cooperativa permaneceu inoperante até o início da primeira década do século XXI, quando a intensificação das ações dos órgãos ambientais nos garimpos de Coromandel/MG gerou a aplicação generalizada de multas, reverberando na paralisação da atividade. Então inoperante, a COOPERGAC se reorganizou e em 2002 foi reativada, passando a atuar no âmbito da legalização dos garimpos, intervindo em questões ambientais, termos de ajustamento de

conduta, e também se defrontando com a apropriação e controle dos requerimentos de subsolo² no município por empresas transnacionais.

Neste contexto foi necessário fortalecer o processo de organização dos garimpeiros e da ação política perante as transformações em curso, cujos resultados mais evidentes foram a formação da COOPERGAC e, também, do Sindicato dos Garimpeiros de Coromandel e Região - SINDIGAC. No final de 2002, aglutinados por essas entidades, centenas de garimpeiros se reuniram para discutir o garimpo no município (Imagem 1).

Imagem 1 - Reunião dos garimpeiros de Coromandel e região no Ginásio Poliesportivo Humberto Machado, realizada em 09/11/2002 e organizada pela COOPERGAC e SINDIGAC.



Fonte: COOPERGAC.

Autor: COOPERGAC, 2002.

A partir de 2002, a COOPERGAC e o SINDIGAC passaram a somar forças ao se defrontar com os novos desafios enfrentados pela atividade garimpeira, direcionando ações como: termos de ajustamento de conduta, reuniões com a diretoria do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM reivindicando a posição desse órgão diante da especulação de registros de subsolo no município, participação em encontros de garimpeiros, realização de fóruns e reuniões com membros de empresas, políticos, líderes sindicais e veiculação da questão ambiental no garimpo pela cooperativa.

Com a formação da cooperativa e do sindicato foi possível garantir a continuidade parcial da atividade garimpeira no município por tempo determinado. Em 2003 a COOPERGAC já reunia 54 garimpeiros cooperados, proprietários de garimpos mecanizados, entre os quais empresários, políticos, médicos e fazendeiros, reunindo a “elite” local em torno da garimpagem, que contribuíam com mensalidades junto à cooperativa, conforme a quantidade de cascalho processado.

² Na Constituição Federal está exposto que “os recursos minerais, inclusive os do subsolo” (Art. 20, Inciso IX), são bens da União, constituem propriedade distinta da do solo e sua lavra ou pesquisa requer autorização ou concessão da mesma (Art. 176, § 1).

Enquanto isso, o SINDIGAC era constituído por um quadro de associados de aproximadamente 1543 garimpeiros manuais no mesmo ano. A maioria desses sujeitos era “sonhadores” que detinham no garimpo, apenas as ferramentas rudimentares com as quais trabalhavam.

Além desse fato, esse percentual de garimpeiros era formado principalmente por homens com idade superior a 50 anos, que encontraram no garimpo um meio de trabalho e sobrevivência, além da esperança de enriquecimento súbito, traduzido pela *virada da peneira*.

Uma tabela publicada pelo Garimpendo Notícias em 2003 demonstra que, de um total de 1543 garimpeiros manuais inscritos no SINDIGAC, um significativo percentual era formado por idosos (Tabela 1).

Tabela 1 - Envelhecimento da população de garimpeiros manuais em Coromandel - MG

IDADE	PERCENTUAL
Menos de 30 anos	10,37%
De 31 a 40 anos	21,23%
De 41 a 50 anos	26,49%
De 51 a 60 anos	21,93%
De 61 a 70 anos	14,37%
Mais de 70 anos	5,61%
Total	100%

Fonte: Garimpendo Notícias, 2003.

Organização: Garimpendo Notícias.

Como é mostrado na tabela 1, mais de 40% dos garimpeiros tinham acima de 50 anos. Entre eles, analfabetos e desempregados urbanos que encontravam no garimpo uma forma de existência, ter um salário mensal, sustentar a família e viver através do *fornecimento*, ou seja, relação contratual estabelecida com o garimpeiro, geralmente apenas com *base na palavra*.

O fornecedor (na maioria comerciante, políticos, profissionais liberais do próprio município) mantém o garimpeiro (mão-de-obra explorada) no serviço de garimpagem com alimentação, ferramentas ou um salário mensal. Os lucros dos resultados do trabalho - diamantes extraídos - são divididos de forma equivalente entre o fornecedor e o garimpeiro. Para os entrevistados, o fornecimento garantia emprego para centenas de garimpeiros no município.

Para um velho garimpeiro, antes era difícil alguém ficar sem emprego no município, isso porque “*Quando alguém estava desempregado na cidade, pegava fornecimento e ia pro garimpo.*” Outro entrevistado disse que o garimpo funcionava como um “*colchão amortecedor dos fluxos de emprego na cidade.*”

Os garimpeiros, fazendeiros locais e *empresários do garimpo*³ reunidos em torno da cooperativa e do sindicato também passaram a se defrontar com o intenso processo de apropriação e controle dos requerimentos de subsolo no município. Tal fato evidencia que os interesses que envolvem as reservas minerárias do subsolo expressam *territórios em disputa*.

O conflito pelo uso, apropriação e controle do subsolo diamantífero encontrou na cooperativa e no sindicato de garimpeiros, elementos centrais para o enfrentamento e denúncia dos mecanismos de especulação das áreas registradas no município, principalmente por empresas transnacionais como o grupo canadense *Brazilian Diamonds* (SANSUL Mineração e COBRE

³ Os *empresários do garimpo* representam a territorialização do capital empresarial com investimentos individuais ou em grupo (com relação de parcerias) na extração de diamantes. Geralmente possuem conhecimentos da legislação ambiental e minerária ou contratam uma equipe para cuidar da parte burocrática e pesquisa, como advogados, engenheiro de minas, geólogos etc. Esse processo também envolve a inserção de relações contratuais baseadas no assalariamento, da racionalidade técnica e científica com investimentos em pesquisa e aquisição de equipamentos, como maquinários. Em Coromandel, os *empresários do garimpo* geralmente praticam outras atividades econômicas além dos investimentos na garimpagem de diamantes, são empresários do comércio, empresários rurais, advogados, médicos, políticos etc.

SUL Mineração). Como meio de divulgação de notícias, críticas e denúncias, as lideranças da cooperativa e do sindicato criaram o Jornal *Garimpando Notícias*.

A análise dos números desse jornal e as matérias publicadas por ele desde 2003 demonstram o papel da COOPERGAC e do SINDIGAC na exposição das contradições envolvendo o garimpo em Coromandel/MG.

Em 2003, contexto de mobilização e ações coletivas em Coromandel/MG, a concentração de requerimentos junto ao DNPM foi evidenciada pela COOPERGAC (Tabela 2).

Tabela 2 - Relação dos maiores detentores de registros de subsolo, junto ao DNPM, no município de Coromandel para exploração de diamantes – 2003

Nome	Nº de processos	Área (Ha)	% Sobre total
Spider Diamond Mineração Ltda	21	15.827,75	10,18
Cobre Sul Mineração Ltda	21	15.025,19	9,66
SAM – Sul América Mineração Ltda	17	14.207,31	9,18
Luciano Lopes Guedes	17	13.118,70	8,44
Brasroma Mineração Comércio e Indústria Ltda	09	8.547,72	5,50
Parimá Mineração S/A	06	5.728,57	3,68
De Beers Brasil Ltda	05	5.639,54	3,63
Úrsula Paula Deroma Rossetti	06	5.520,84	3,55
Mineradora de Bauxita Ltda	13	4.824,11	3,10
Mearim Sociedade de Mineração Ltda	06	4.728,65	3,04
Mineração Gamelas Ltda	09	4.550,34	2,93
Demais	89	79.973,14	51,44
TOTAL	219	155.468,38	100%

Fonte: Garimpando Notícias (2003).

A maioria das empresas expostas na tabela 2 passou a controlar as áreas de subsolo registradas com fins especulativos, sem investir em pesquisas e mineração extrativa de diamantes, não gerando emprego e arrecadação de impostos, ou seja, não contribuindo em termos de arrecadação de renda para Coromandel/MG.

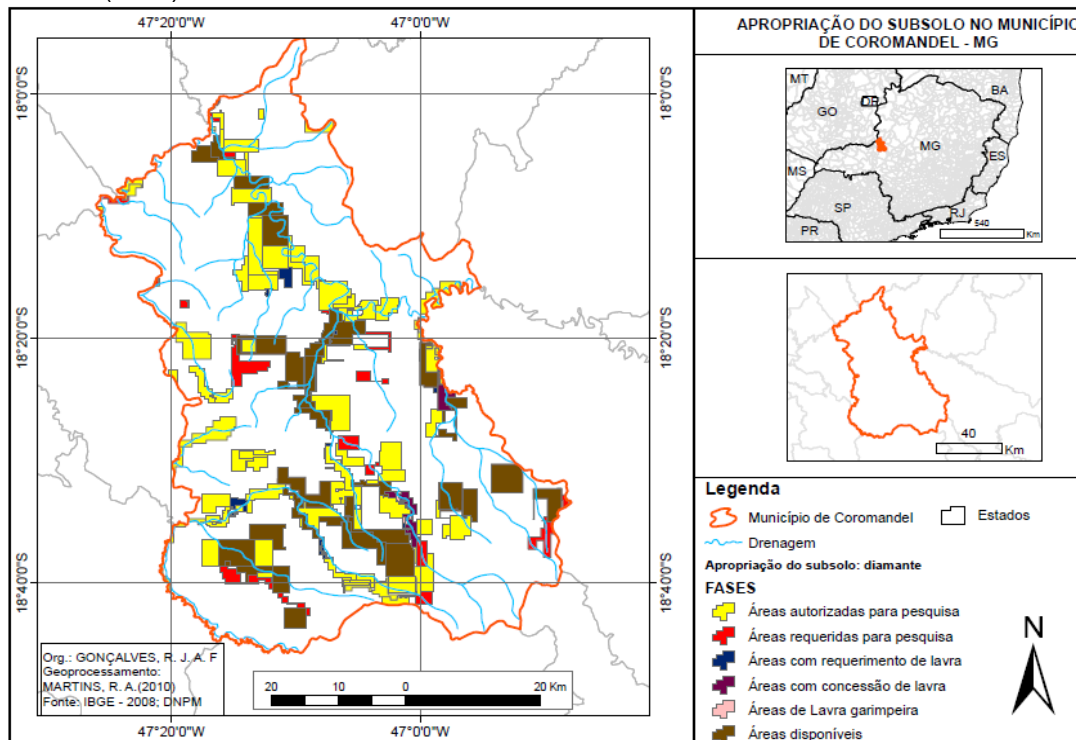
A apropriação do subsolo por essas empresas também se relaciona com a paralisação praticamente generalizada dos garimpos no município a partir dos anos 2005/2006. Mas, diante da ação política empenhada pelos garimpeiros, as intervenções das empresas transnacionais em Coromandel/MG foram *enfraquecendo* aos poucos, abrindo possibilidades para o caminho da legalização, o que não aconteceu de forma ampla, atendendo a todos os garimpeiros, mas, concentrada diante da emergência dos *empresários do garimpo*, detentores do capital e de conhecimentos para cuidar da parte burocrática.

Por outro lado, os anos seguintes também foram marcados pela progressiva fragmentação e certa passividade do movimento garimpeiro e das mobilizações coletivas.

Segundo um ex-garimpeiro manual desempregado na cidade *“hoje quem garimpa aqui são os ricos, os “donos” de subsolo. Eles põem maquinário, têm dinheiro e não deixa garimpeiro manual entrar no garimpo deles pra bater peneira de jeito nenhum.”* Outro garimpeiro completa: *“a única coisa que eu fazia era garimpar, tinha fornecimento, pegava uns xibiuzin de vez enquando, agora as ferramentas tá aí guardada, mudou tudo.”*

O SINDIGAC se tornou inativo, o *movimento garimpeiro* se fragmentou e forjou o surgimento da Cooperativa dos Pequenos e Médios Garimpeiros (COOPEMG), ainda inoperante (2011). Quanto ao processo de apropriação do subsolo, ele ainda persiste, principalmente nos vales dos rios (mapa 1), tradicionais espaços da vida e do trabalho dos garimpeiros e camponeses que ainda vivem na terra.

Mapa 1 - Apropriação e controle do subsolo no município de Coromandel – MG – Mineral: Diamante (2011).



Organização: GONÇALVES, R. J. de A. F., 2011.

Designer: MARTINS, R. A., 2011.

O mapa 1 ainda ilustra que as áreas requeridas para diamantes (autorização de pesquisa, requerimento de pesquisa, requerimento de lavra, concessão de lavra e lavra garimpeira) se concentram principalmente nos terrenos aluvionais, que acompanham o leito dos rios no município, ou seja, nos “*espaços tradicionais de garimpagem*”, onde vivem famílias camponesas e de garimpeiros tradicionais.

Os registros junto ao DNPM forjam a apropriação e controle do subsolo diamantífero, fortalecendo os interesses conflitantes envolvendo garimpeiros, cooperativas, camponeses, empresários, fazendeiros ou empresas de mineração. Por isso, ampliar a legalização de novas áreas por meio de cooperativas de garimpeiros, possibilitando o retorno da atividade para centenas de trabalhadores do garimpo, permanece um desafio, o que significa romper com esse *monopólio do subsolo* e travagens impostas pelos *empresários do garimpo*. Além disso, os mecanismos de apropriação e controle do subsolo demonstram que os recursos naturais (re)definem as estratégias do capital, territorializando mecanismos de espoliação da sociedade e da natureza.

A apropriação do subsolo e a territorialização de empresas de extração de diamantes em Comunidades como Santo Inácio deixam expostos as *disputas territoriais*. Alguns dos camponeses que entrevistamos não concordam em permitir a mineração em seus terrenos por terceiros e continuam constantemente sobre pressão. Um dos proprietários de terra disse que “os donos do subsolo já veio aqui propor acordo, fez proposta de trabalhar com eles, falou em porcentagem pra gente deixar entrar na terra. Eles vêm com maquinários só deles e rivira a terra tudo aí. Pra trabalhar tem que fazer parceria do jeito que eles quer. A condição é essa.” Além de não concordar com a mineração empresarial, relacionam a inserção das máquinas com os efeitos ambientais nas comunidades – especialmente a Comunidade de Santo Inácio -

onde realizamos a pesquisa de campo. Para um deles, o garimpo mecanizado “*acabou com a Comunidade, veio foi pra destruir, não têm progresso nenhum.*”

Nas áreas de garimpo, como a maioria dos superficiários (principalmente camponeses e garimpeiros tradicionais proprietários de terra) também se interessam em garimpar, o controle e o direito de exploração do solo e do subsolo por sujeitos distintos é conflitivo “*os donos das áreas de subsolo, eles não aceitam trabalhar e nem deixa nós que é dono da terra trabalhar. Quando nós mexe eles deda a gente pra polícia, que vem aqui e dá multa, é uma pressão doida.*” Esses são alguns dos elementos reveladores dos processos de (re)organização do território no garimpo e das contradições que (re)definem a dinâmica territorial da Comunidade de Santo Inácio.

Metamorfoses na produção social da existência e do trabalho na Comunidade de Santo Inácio – Coromandel/MG

A formação da COOPERGAC representou avanços e perspectivas de continuidade de trabalho para os “pobres garimpeiros de riqueza”, como interpretou Sousa (2011). Ainda operante na Comunidade de Santo Inácio, essa cooperativa conta com duas Permissões de Lavra Garimpeira (PLGs), licenciadas ambientalmente na bacia do Rio Santo Inácio. Somadas as duas PLGs abrangem uma área de 187,6 hectares (dados levantados em 2011 numa entrevista com o presidente da cooperativa).

A (re)organização do território nos garimpos de Santo Inácio expressa um conjunto de formas e conteúdos, elementos e temporalidades que se relacionam reciprocamente. Além do garimpo de diamantes mecanizado e manual, trabalho autônomo ou conjugado com o assalariamento e a ação de COOPERGAC, outras atividades como as fazendas de criação de gado leiteiro (pecuaristas tradicionais) e produção camponesa são características que expressam diferentes territorialidades neste território.

Enquanto ex-garimpos manuais passam a se assalariar no garimpo mecanizado como operadores de máquinas, cozinheiros e mecânicos, outros continuam no garimpo manual, trabalhando de forma autônoma ou através de relação de parceria com fornecedores e outros cooperados.

Além disso, identificamos sujeitos que em determinado momento do dia (manhã ou tarde) se dedicam ao garimpo e em outro, trabalham como assalariados ou diaristas em demais atividades, como motoristas, empregados contratados por pecuaristas locais, ou então, nas épocas de silagem do milho arrumam empregos temporários.

Esse movimento dialético dos trabalhadores evidencia a *plasticidade do trabalho* (THOMAZ JÚNIOR, 2009)⁴ nas áreas de garimpo. Um entrevistado disse: “*eu garimpo nos tempos livre, alguma hora porque tenho emprego fixo, aí se pegar o diamante eu troco de camisa*”. Essas são características cada vez mais polissêmicas. Há uma complexa trama que imprime mudanças nos territórios e no trabalho dos garimpeiros.

Nos garimpos de Santo Inácio, a garimpagem manual se restringe às áreas legalizadas para garimpo através da COOPERGAC, que também abrange cooperados mecanizados. Em uma mesma área de garimpo, trabalhadores carregam cascalho em carrinhos de mão, usam pá e apuraram o cascalho em peneiras nas lavadeiras improvisadas lado a lado com pás mecânicas, caminhões e jigues de cooperados ou *empresários do garimpo*.

O novo e velho se imbricam, com rupturas e permanências nas relações contratuais de trabalho e produção nos garimpos, assim como nas experiências laborais cotidianas dos

⁴ Para Thomaz Júnior (2009, p. 66) “[...] podemos apreender a plasticidade do trabalho no plano da explicitação no cotidiano, ou reconhecer suas singularidades e as materialidades de cada experiência, avançando para o plano do concreto em pensamento, síntese de múltiplas determinações.”

garimpeiros. Diante disso, a inserção da racionalidade científica e da modernização técnica e tecnológica, como nos garimpos mecanizados, são exemplos das mudanças em curso.

Com ênfase nos garimpos manuais, eles apresentam características bem precárias. As estruturas técnicas dos garimpos manuais são muito dependentes da própria condição financeira dos garimpeiros e das relações de porcentagem que são formadas em torno de seu trabalho.

Embora haja a inserção do processo mecanizado na extração do cascalho, a apuração final é feita em peneiras nas lavadeiras, que consiste num ambiente insalubre onde os garimpeiros trabalham a maior parte do dia, exercendo o labor cotidiano da garimpagem (Imagem 2).

Imagem 2 - Desenho de garimpeiro manual representando a apuração de cascalho diamantífero.



Autor: GONÇALVES, R, J. de A, F., 2012.

A apuração de cascalho em peneiras ocorre dentro das lavadeiras. Apurando entre 10 e 15 carrinhos de ferro de cascalho diariamente - de bermuda, camisa, chapéu ou boné, pés descalços no fundo da lavadeira, mãos calejadas, pernas molhadas com a água lamenta, pele queimada do sol, braços ainda fortes, costas encarquilhadas - garimpeiros manuais persistem na atividade garimpeira em Santo Inácio.

As condições de trabalho no garimpo manual são precárias e geralmente praticada por garimpeiros idosos (na pesquisa de campo, chegou-se a entrevistar um garimpeiro com 84 anos).

Entre os garimpeiros cooperados junto a COOPERGAC, as relações de porcentagens também são reveladoras das tramas que são forjadas no garimpo, é através delas que o funcionamento da garimpem se mantém em movimento.

Há uma intrincada inter-relação entre os sujeitos envolvidos. No garimpo, os contratos de porcentagens envolvem cooperados proprietários de terra, donos de máquinas e bombas, garimpeiros e fornecedores, evidenciando interesses que se imbricam em torno dos possíveis

diamantes encontrados. Para os garimpeiros manuais as porcentagens permeiam todo o processo de garimpagem, desde a extração de cascalho à apuração final.

Para extração, transporte e depósito do cascalho próximo às lavadeiras, os garimpeiros pagam uma porcentagem de aproximadamente 35%, equivalente ao valor total dos diamantes garimpados. Outros 15% são do fazendeiro que também é sócio e cooperado da COOPERAGC e dono do terreno onde a cooperativa atua, numa fazenda que abrange aproximadamente 1200 hectares. Aqueles que não possuem bomba com jato d'água adicional, usam de terceiros a quem pagam mais 5%. Além disso, 2% são garantidos para a cooperativa. Como nem todos garimpeiros são de Santo Inácio, ainda pagam 2% para os donos das casas onde fixam moradia no próprio garimpo.

Aos garimpeiros, sobra um direito que nem sempre é fixo, de aproximadamente 41% na venda do diamante, isso quando são autônomos, sobrevivem no garimpo com o dinheiro de aposentadoria (aspecto que também garante certa resistência ao assalariamento).

Há ainda aqueles que são assalariados em outras atividades e garimpam esporadicamente. Por outro lado, quando trabalham em troca de salários mediante contrato com fornecedores, a porcentagem restante é dividida em partes iguais.

As relações de porcentagem e parcerias também acontecem entre os garimpeiros mecanizados cooperados, em torno de uma ou mais montagens mecanizadas (jigue). Além disso, na garimpagem mecanizada a divisão técnica e fragmentação do trabalho no processo produtivo é maior, com funções distintas atribuídas a cada trabalhador, desde a extração do cascalho e transporte à apuração final nos jigues (Imagem 3).

Imagem 3 - Montagem de jigue de cooperados da COOPERAGC em Santo Inácio, onde a lavagem de cascalho é realizada no processo mecanizado



Fonte: Pesquisa de campo, out./2011.

Autor: GONÇALVES, R. J. de A. F., 2011.

Os jigues são equipamentos mecânicos instalados nos garimpos e funcionam na lavagem do cascalho com peneiras vibratórias e que demanda alto consumo de energia, para acionar seu funcionamento e abastecimento de água, também utilizada em grande volume.

O trabalho inicial de remover o cascalho é realizado por pá mecânica e o transporte feito em caminhões. Para o trabalho de lavagem do cascalho no jigue é necessário dois trabalhadores,

um manobrando o jato d'água (chamado de *mangote*) e outro que observa as esteiras por onde passam o cascalho lavado em direção às peneiras vibratórias.

Por dia, são apurados entre 8 e 12 caminhões de cascalho, o que não significa uma determinada perspectiva de produção, pois a possibilidade de encontrar diamantes é incerta, há o que os garimpeiros chamam de "*efeito pepita*", ou seja, as jazidas não possuem teor médio de produção, por isso, nem sempre viabiliza grandes empreendimentos.

Tal fato também significa que os garimpeiros, manuais ou mecanizados, ainda são movidos pela esperança e incerteza do *bamburro*, investindo em serviços com baixos custos de operação nas áreas de aluviões. A apuração final nos jiques geralmente é feita por um terceiro, uma pessoa de confiança, pois "*diamante não pode mostrar pra todo mundo, só um fica sabendo, se não liga pra capangueiro, é arriscado dar até briga*", disse um entrevistado. Além disso, o garimpo mecanizado exige custos mais altos e intervenção sobre extensas áreas com riscos de intensificar os efeitos ambientais.

As relações de trabalhos não são baseadas no assalariamento puro, mas, na cooperação e sociedade em torno da COOPERGAC. No processo mecanizado as relações contratuais de assalariamento e porcentagens se imbricam. Por exemplo, os trabalhadores que trabalham diretamente no jique recebem um salário mensal e mais 2% no resultado da venda dos diamantes encontrados.

Ainda, em torno de uma única montagem como essa (Imagem 3), pode ter diversos sócios cooperados, desde o dono dos maquinários (pá mecânica, caminhões) aos que pagam os trabalhadores assalariados, energia elétrica, cozinheiro da turma e mecânicos.

Geralmente os trabalhadores no garimpo mecanizado são mais jovens, alguns também foram garimpeiros manuais com muita experiência no garimpo e, se tornaram assalariados no processo mecanizado.

Por outro lado, o trabalho dos garimpeiros manuais conta com certa autonomia. Como disse um garimpeiro, "*é eu que administro meu trabalho, não tenho gerente, não tenho patrão*." No garimpo mecanizado há horários de começar e parar, cada trabalhador tem uma função no processo produtivo, baseado na divisão social do trabalho. Como disse um entrevistado, "*aqui se faltar um de nós tem problema*."

As ações que a cooperativa exercem nos garimpos de Santo Inácio ainda possibilitam que garimpeiros manuais e mecanizados pratiquem a atividade, ajustados conforme a legislação ambiental e minerária.

Além da COOPERGAC, a extração de diamantes na Comunidade de Santo Inácio conta com a intervenção empresarial por meio de investidores da própria região, estrangeiros ou formação de empresas como a GAR Mineração Ltda, que também passaram a apropriar e controlar os registros de subsolo com potencial diamantífero na bacia do Rio Santo Inácio.

Diferente da cooperativa, as áreas onde essa empresa atua não contam com a intervenção de garimpeiros manuais, apenas o processo mecanizado, com relações contratuais de trabalho baseadas no assalariamento. Além disso, destaca-se a inserção mais abrangente da racionalidade científica, territorializada por intermédio de estudos geológicos, relatórios ambientais, atuação de engenheiros de minas e geólogos.

O controle do território coloca-se como elemento fundamental para garantir o suprimento da demanda sempre em ascensão por recursos naturais (PORTO-GONÇALVES, 2006), como ocorre com os diamantes.

Inseridos no circuito das empresas mineradoras e da lógica do capital, os camponeses e garimpeiros que vivem no vale do Santo Inácio perdem progressivamente o poder de definir a exploração e o destino dos diamantes que são extraídos na comunidade em que vivem e na terra onde trabalham.

O processo de (re)organização do território e do trabalho nos garimpos de diamantes não ocorre de forma linear e homogêneo, mas contraditório e desigual, expressão da materialidade

e imaterialidade das realidades em movimento em Coromandel/MG. Evidenciar a pesquisa sobre os garimpos e garimpeiros de diamantes no âmbito da leitura geográfica, se constitui como instrumento capaz de desvelar as relações de poder no município. Emergem novos conflitos e sociabilidades entre os garimpeiros, camponeses, *trabalhadores da terra*, trabalhadores sem terra e sem trabalho, que passam a experienciar diferentes formas de apropriação dos territórios onde viveram ou ainda vivem, construindo suas trajetórias, que também são forjadas no campo da ação política.

Considerações Finais

Uma pesquisa que busca apreender as contradições no processo de apropriação dos territórios, que desvela os pactos de poder e exploração dos trabalhadores e da natureza, não pode prescindir do conflito de classe e do movimento destrutivo levado avante pelo capital.

Os rearranjos territoriais resultantes da ação do capital sobre o espaço regem a desigualdade social e territorializam novas formas de controle da força de trabalho. No entanto, uma reflexão que não dissocia a ciência com a intervenção política do pesquisador é capaz de aglutinar forças e avançar rumo à emancipação social.

Desta forma, pautados nas investigações geográficas a partir da *Geografia do Trabalho* foi possível aproximar-se da existência social dos fenômenos pesquisados com maior profundidade. Demonstrar que o processo de (re)organização dos territórios e do trabalho nos garimpos de diamantes são reveladores das complexas tramas envolvendo os trabalhadores nas suas diferentes realidades, seus saberes, resistências e formas de ver o mundo onde vivem.

Para muitos sujeitos em Coromandel/MG, a garimpagem de diamantes não se limita ao trabalho no garimpo. A vida e o trabalho na terra e a envolvimento dos trabalhadores camponeses com o garimpo é reveladora de relações que expressam diferentes territorialidades. No município, muitos camponeses e garimpeiros são sujeitos sociais que dependem da terra e da produção camponesa para o auto-consumo.

O trabalho no garimpo e a vida na terra se misturam no processo de produção social da existência. A atuação de empresas de mineração nas comunidades onde esses sujeitos ainda vivem, geram processos de exploração, conflito e controle do território e do trabalho, (re)configurando esses espaços e relações.

A partir da década de 1990, além da apropriação contraditória do subsolo diamantífero, outros elementos como o aprofundamento dos problemas ambientais no garimpo, mudanças na legislação minerária, ambiental e trabalhista, modernização e controle empresarial da garimpagem, são reveladores do processo de (re)organização do território e do trabalho nos garimpos.

Como a atividade garimpeira era praticada por décadas sem controle ambiental e praticamente ilegal, diante desse contexto, os garimpos do município foram progressivamente embargados, gerando desemprego para centenas de garimpeiros, reverberando na redefinição da ação política desses sujeitos, cujo resultado mais evidente se substanciou na formação das cooperativas e sindicato.

Quanto à atuação de empresas transnacionais e nacionais no processo de apropriação do subsolo é preciso destacar que isso expressa *territórios em disputas*. A apropriação do subsolo diamantífero continua alimentando tramas e relações de poder em Coromandel/MG.

As riquezas minerais do subsolo expressam interesses e mecanismos de controle, ameaças de expropriação e conflitos que redefinem constantemente os mecanismos de exploração da natureza e dos trabalhadores, comunidades indígenas, quilombolas e extrativistas no Brasil.

Em Coromandel/MG, o controle do subsolo revela *disputas territoriais* com camponeses, trabalhadores da terra e garimpeiros que vivem na terra. A distinção entre o uso e propriedade do solo e do subsolo muitas vezes é desconhecida por esses sujeitos, que não aceitam e discordam da ação de terceiros em suas terras.

A compreensão dos processos de apropriação do subsolo, com a contribuição da leitura geográfica dos territórios, demonstra como os recursos naturais redefinem os mecanismos de exploração e espoliação da natureza e da sociedade pelo capital.

Em Coromandel/MG, pedras extraídas por mãos calejadas de garimpeiros movem multidões nas exposições e leilões bilionários, enfeitaram e enfeitam anéis e colares usados por madames, príncipes e princesas européias.

Muitos garimpeiros ainda trazem a lume as épocas em que os diamantes afloravam no cascalho e eram achados nos aluviões dos rios e córregos com facilidade. Contam histórias de grandes diamantes que foram parar em outras mãos, em outros bolsos, retirados pelos “pobres garimpeiros de riquezas” (SOUSA, 2011), que ainda continuam na miséria e na solidão de uma vida dominada por um trabalho duro.

Referências

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

BRANDÃO, C. R. **“No Rancho Fundo”**: espaços e tempos no mundo rural. Uberlândia: EDUFU, 2009.

_____. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v.10, n.001, p. 11-27, 2007.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL (1989). Lei Nº 7.805, de 18 de Julho de 1989 Altera o Decreto-lei nº 227, cria o regime de permissão de lavra garimpeira, extingue o Regime de Matrícula, e dá outras providências.

BRASIL (2008). Lei nº 11.685, de Junho de 2008. Institui o Estatuto do Garimpeiro e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 03 de jun./2008.

CHAVEIRO, E. F. O cerrado em disputa: sentidos culturais e práticas sociais contemporâneas. In: ALMEIDA, M. G. de.; CHAVEIRO, E. F.; BRAGA, H. C. Geografia e cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares. Goiânia: Vieira, 2008. p.75-97.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução de B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2008.

GARIMPANDO NOTÍCIAS. **CPI das concessões do DNPM**. Coromandel, nov., 2003, n.5, p. 1.

_____. **Reforma agrária do subsolo já!** Coromandel, ago., 2003, n. 3, p. 1.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MARTINS, M, L. **Mineração, identidade garimpeira e meio ambiente**: os conflitos em torno da extração de diamantes no Alto Jequitinhonha, 1989 – 1995. 2007.

MATOS, F. de M.; PESSÔA, V. L. S. Observação e entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em Geografia Agrária. In: RAMIRES, J. C. de L.; PESSÔA, V. L. S. (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa**: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009. p.279-292

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 2004. 457 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

PELÁ, M.; MENDONÇA, M. R. Cerrado Goiano: encruzilhada de tempos e territórios em disputa. In: PELÁ, M.; CASTILHO, D. (Orgs.). **Cerrados: perspectivas e olhares**. Goiânia: Editora Vieira, 2010. p.50-70.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. 6.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SOUSA, J. L. V. de. Pobres garimpeiros de riqueza: a geografia dos diamantes em Três Ranchos – Goiás. ENANPEGE, IX, **Anais...**, Goiânia: ANPEGE, 2011.

SUERTEGARAY, D. M. A. Pesquisa de campo em Geografia. **GEOGRAPHIA**, Rio de Janeiro, v.4, n.7, 2001.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI: limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos**. 2009. 500 f. Tese (livre-docência) – Presidente Prudente, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2009.

_____. Os Desafios Rumo a um Projeto para o Brasil! (Intemperismo do Trabalho e as Disputas Territoriais Contemporâneas). São Paulo, **Revista da ANPEGE**, v.7, n. 1, 2011. p. 307-329.

_____. Por uma geografia do trabalho. **Scripta Nova**, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, v. VI, n.119, 2002.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.